

VISÃO DO CORREIO

Marginalização histórica

A passagem de outro 13 de maio deveria ser mais uma oportunidade para novas reflexões sobre políticas públicas para combater as desigualdades étnicas, sociais e econômicas que persistem no Brasil. Como se sabe, o país foi o último do Ocidente a abolir a escravidão, basicamente, por causa da pressão da Inglaterra pelo fim do tráfico negreiro, o que deixa evidente o ato burocrático da princesa Isabel já nos estertores da monarquia. O que poderia ter sido uma solução louvável para eliminar uma tragédia que hoje dura cinco séculos, acabou criando novos tipos de exploração, seja pelo trabalho análogo à escravidão, seja pela segregação e pela violência, tudo consequência de um grande drama mal resolvido que se arrasta há 134 anos após a abolição. E não se vislumbram melhorias no horizonte nem mesmo de longo prazo, se se considerar que o atual Executivo federal nada fez neste sentido, pelo contrário, não adota medidas nem mesmo eleitoreiras, tamanho o desdém com que trata a questão.

Os escravos foram libertos sem terras, sem moradia, sem escola, sem emprego, ou seja, sem qualquer apoio ou qualificação, sem nada. A pretensa liberdade criada pela Lei Áurea, na verdade, originou nova marginalização. Como se não bastasse a falta de condições socioeconômicas, a “ideologia” racista seguiu incólume ao longo destas 13 décadas, apenas acossada por uma legislação punitiva, mas sempre mostrando suas garras no cotidiano, como vemos a cada dia. A maior parte da população afrodescendente segue morando em favelas, com acesso infinitamente menor do que a população branca à educação, à saúde e ao trabalho.

Com o distanciamento no tempo, percebe-se que não houve vontade real de libertação naquele 13 de maio de 1888. Não foi feita a distribuição de terras necessária que transformaria grandes latifúndios em pequenas propriedades, por exemplo. Uma das causas das desigualdades foi a falta de reforma

agrária, que poderia ter minimizado as brutais injustiças que se arrastam até hoje. Em 1850, dom Pedro II já tinha tomado decisão errada ao assinar a chamada Lei de Terras, que dividiu o Brasil em latifúndios e não em pequenas propriedades. A Lei de Terras serviu para latifundiários recorrerem ao governo e até aos tribunais para aumentar suas propriedades.

O baiano André Rebouças (1838-1898) foi o primeiro engenheiro negro formado pela Escola Militar. Era monarquista e abolicionista. Ele chegou a propor a criação de um imposto sobre fazendas improdutivas e distribuição de terras para ex-escravos. A ideia teve apoio imediato de outro nome ilustre, Joaquim Nabuco (1840-1910), então abolicionista e, mais tarde, arrependido. Mas fazendeiros, republicanos e até abolicionistas ficaram assustados com a proposta, além dos latifundiários, é claro.

A reforma agrária e um consequente imposto, como queria Rebouças, eram objetivos apenas de uma minoria. Não saiu das boas intenções. O que prevaleceu de fato foi a política de trazer imigrantes europeus para trabalhar nas grandes áreas de cultivo, a fim de compensar o fim da mão de obra escrava e, assim, não mexer nas propriedades rurais. As terras distribuídas gratuitamente na época não foram para ex-escravos e pobres, e, sim, para europeus. Estão aí as imensas colônias europeias para comprovar essa distorção. Enquanto a população afrodescendente segue marginalizada pelo poder público e pela sociedade branca, basta olhar as estatísticas socioeconômicas e criminais.

Todas as vezes em que se fala em reforma agrária e assentamentos, levantam-se as vozes contra a falácia da ameaça comunista e de suposto confisco de propriedade, enquanto terras improdutivas, que poderiam ser incluídas no rol das discussões envolvendo políticas governamentais e grandes latifúndios seguem paradas à revelia da miséria de milhões de brasileiros marginalizados e sem moradia. Uma desigualdade sem fim.



JÉSSICA EUFRÁSIO

jessicaeufrazio.df@dabr.com.br

Quem pode escolher?

À luz do “mês das mães” no Brasil, das mudanças recentes que países da América Latina promoveram na legislação para ampliar o direito ao aborto e da rediscussão desse tema nos Estados Unidos, este texto poderá chover no molhado em alguns aspectos. Mas não há como fugir das mesmas indagações. A primeira delas: a quem interessa controlar a liberdade de as mulheres decidirem sobre o próprio corpo?

Ao longo de séculos, assuntos que afetam as vidas delas, em especial, ficaram sujeitos à validação em espaços de poder formados exclusiva ou majoritariamente por homens. No caso do aborto, há décadas, conservadores tentam atrapalhar o avanço dos debates, que envolvem uma questão de saúde pública. Nada disso impediu, contudo, que a interrupção da gravidez continuasse a existir no país. Todos os dias. Legalmente ou à margem da lei.

Não é mentira que, com melhores condições financeiras, pode-se garantir o acesso ao procedimento de maneira segura, independentemente de ser no Brasil ou fora daqui. O que deve interessar aos governantes, contudo, não é se posicionar contra essa ação ou a favor dela — até porque, se são homens, isso não diz respeito a seus corpos. As figuras eleitas compete pensar coletivamente e despertar para o fato de que há mulheres, principalmente em condição de vulnerabilidade, colocando a própria vida em risco para se submeter ao aborto. Os motivos para isso são inúmeros e não cabem ser levantados neste espaço. Cada uma vive uma situação particular.

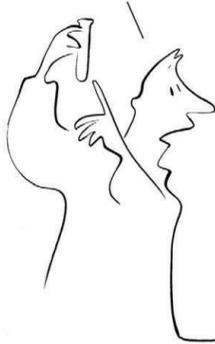
No fundo, resta a impressão de que a

necessidade de manter o disposto atualmente no Código Penal não tem relação com os efeitos do aborto sobre uma ou mais vidas. E mais: parece pairar um pavor de que a descriminalização dele geraria uma procura massiva pelos serviços de saúde para esse fim. Por outro lado, não parece provocar o mesmo incômodo a quantidade de crianças à espera de adoção em abrigos nem o número de meninas e meninos sem o nome do pai nos documentos por abandono paterno intencional.

Pelos moldes da sociedade patriarcal que se impõem até hoje, a responsabilidade de assumir uma gestação recai sobre as mulheres, enquanto, para os homens, há a “opção” de se eximir da paternidade. Na semana passada, o **Correio** noticiou que, em média, 5,6% dos recém-nascidos no Distrito Federal não têm o nome do pai na certidão (10/5/2022, p. 16). Também não são raros casos de homens que negligenciaram os filhos — com bastante naturalidade, diga-se de passagem — física, emocional, afetiva ou financeiramente, mesmo tendo-os registrado.

A indignação deveria partir do fato de esses cenários terem se naturalizado. Significa que o caminho para transformar as estruturas não é curto. Não adiantará apenas cobrar a presença de mais mulheres em espaços de poder se elas não estarão comprometidas com causas que afetam suas iguais de maneira coletiva. A decisão de interromper uma gravidez, certamente, não é fácil. E, para além de qualquer discussão moralista, deve-se lembrar que métodos contraceptivos também falham, e gestações indesejadas acontecem. Caso isso ocorra, você terá “opção”?

É PATOLÓGICA,
SISTÊMICA,
SINDRÔMICA
E ENDÊMICA.



Editora: Dad Squarisi // dadsquarisi.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || 3214-1140

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Vigilância

A campanha eleitoral de 2018 ensinou que o embaixado ideológico, principalmente se feito na base do “fascista” para rebater o “comunista”, não é arma eficaz no exercício da oposição a Jair Bolsonaro. Nele, esse tipo de chumbo trocado não dói. Ao contrário, costuma fortalecer o junto ao público que o levou à Presidência e é ainda diária e intensamente cultivado em gestos, palavras e decisões. Expressões de repugnância e/ou menosprezo pela figura presidencial servem bem ao desabafo, ao protesto emocional, às demonstrações indignadas que embora sustentadas em fatos e respaldadas em princípios de civilidade e racionalidade são apenas demonstrativos. Tendem, inclusive, a servir de armadilha, na medida em que banalizam o protesto e acabam dando sentido de normalidade ao que é realmente exorbitante. Os esquerdopatas se utilizam sempre de um discurso velho e arcaico, praticamente todos referentes a ditadura militar que acabou há 34 anos, e dos preceitos autoritários vigentes no período, revogados na consolidação institucional do regime democrático. A sociedade tem na memória os 14 anos do governo petista. Nunca houve Lulinha paz e amor, esse falso perfil do sapo barbudo, foi tudo uma encenação para criar uma quadrilha, que roubaram o erário por meio do mensalão e petróleo. Infelizmente, os quadrilheiros após serem condenados em todas as instâncias judiciais, suas condenações foram todas anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do ponta-pé inicial do ministro Edson Fachin e avalizado pelos seus pares, membros do Jardim do Éden. A sociedade tem que ficar atenta e vigilante em busca de informações indispensáveis para que exerça o voto com serenidade e o domínio de si mesmo.

» Renato Mendes Prestes,
Águas Claras

Em que país?

Gostaria de saber onde fica ou qual Brasil que um misivista do Espírito Santo falou em 14/05? Se não fosse o STF impor competência para os governadores e prefeitos, não seriam só 665 mil mortos pela pandemia. A mídia perdeu que bocada? Mostrar a realidade é torcer contra o país para esse leitor e eleitor do atual inquilino do Planalto. Talvez a cidade onde ele reside, as ruas e vias estão boas de tráfego, o que não é o nosso caso aqui no DF. Esse atual presidente não prometeu nem uma dessas benesses, como Auxílio Brasil, se não fosse inferior a R\$ 200 mensal, por imposição do Congresso ele aumentou para

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Vai fazer frio em Brasília, avisa a meteorologia! Não era sem tempo! As coisas na política estão esquentando demais. Bom seria botar água na fervera.

Joaquim Souza — Sobradinho

O problema do transporte no DF é crônico, existe desde a inauguração da cidade. Passagens caras, ônibus ruins, metrô meia-bomba... Será um dos temas das eleições?

Sandra Regina — Ceilândia

Tucanos estão alvoroçados no ninho, mostra o Correio. Há tempos ninguém se entende nesse ninho. O PSDB é um arremedo daquele que foi, um dia, um dos grandes partidos deste país. Navega para um fim melancólico.

Vera Cruz — Asa Norte

desalento, o osso, o ovo, o povo; a lama, o relento, a dor, a falta, o amanhã que se vai e a vida - que vira um tormento.

» Thelma B. Oliveira,
Asa Norte

Alexandre de Moraes

Tenho acompanhado o entreviro entre o ministro Alexandre de Moraes, do STF, e o deputado Daniel Silveira e, por tabela, o presidente Jair Bolsonaro. Um determina prisão, o outro não cumpre porque recebeu indulto do chefe da nação. Moraes, com sua ideologia petista tenta, a todo custo, levar avante uma ordem que desrespeita a Constituição, uma vez que o presidente tem a prerrogativa de dar a “graça” a quem lhe interesse. Agora, o ministro extrapola seu falatório e ataca a população brasileira que faz uso das redes sociais chamando-os de “imbecis”. Particularmente, senhor ministro Alexandre de Moraes, sou “imbecil” porque combato corrupto da extripe do ex-presidiário chefe da quadrilha. Sou brasileiro. Como tal, tenho liberdade para falar o que bem entender nas redes sociais, especialmente, elogiar, torcer e agradecer o atual presidente que não mede esforços para levar este país ao combate a rouba-lheira que outrora aniquilou tanto economia quanto povo.

» José Monte Aragão,
Sobradinho

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA Diretor Presidente		GUILHERME AUGUSTO MACHADO Vice-Presidente executivo	
Ana Dubeux Diretora de Redação	Paulo Cesar Marques Diretor de Comercialização e Marketing	Leonardo Guilherme Lourenço Moisés Diretor Financeiro	
Plácido Fernandes Vieira e Vicente Nunes Editores executivos			
CORPORATIVO Josemar Gigenez Vice-presidente de Negócios Corporativos			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax: (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214.1211; Fax: (61) 3214.1205 - Sucursal São Paulo: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar - Jardim Paulista - CEP: 01403-000 - São Paulo/ SP Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associadosp@uaigiga.com.br. Sucursal Rio de Janeiro: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar - São Cristóvão - CEP: 20940-200 - Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalfj@uaigiga.com.br. REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo - Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 - Barro Preto - CEP: 30.180-070 - Belo Horizonte/ MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiaabrazil.com.br. Região Sul - HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 - Menino Deus - CEP: 90.160-240 - Porto Alegre/ RS; Tel.: (51) 3231-6267; E-mail: hmr@hrmmultimidia.com.br. Regiões Nordeste e Centro Oeste - Goiânia: Éxito Representações - Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C-2, Jardim Planalto - CEP: 74333-140, Goiânia-GO - Telefones: 62 3085-1770 e 62 3912-6119. Brasília: Sá Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D - 15º andar - Ed. Oscar Niemeyer - salas 1502/3 - CEP: 70.316-900 - Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. Região Norte - Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K - Ed Embassy Tower, salas 701/2 - CEP: 73.340-000 - Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.br. Endereço na Internet: <http://www.correiowb.com.br>. Os serviços noticiários e fotografias são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Notícias Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e DA Press, Tel: (61) 3214-1131.

COM ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA			ASSINATURAS *	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
DF/GO	R\$ 3,00	R\$ 5,00	R\$ 837,27	
			360 EDIÇÕES (promocional)	
* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
DA Press Multimídia Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.				DIÁRIOS ASSOCIADOS DA
Atendimento para venda de conteúdo: Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h. Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568 / 0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595. E-mail: dapress@dabr.com.br				DA LOG Agenciamento de Publicidade